

**CONTRATO ADMINISTRATIVO****CONTRATO PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS QUE ENTRE SI FIRMAM O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ E A FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - FBC - ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO PARANÁ.**

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ – CRCPR**, autarquia federal da administração indireta, criada pelo Decreto-lei 9.295/46, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 76.592.559/0001-10, com endereço na Rua XV de novembro, 2.987, em Curitiba-PR, representada neste ato por sua presidente, contadora **LUCÉLIA LECHETA**, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a **FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - FBC**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 03 de novembro de 1997, instituída nos termos da Escritura Pública lavrada no Cartório do 1º Ofício de Notas e Protesto do Distrito Federal, Livro 1873-E, Folha 066, Proc. 010471, com registro autorizado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, CNPJ n.º 02.428.413/0001-05 (matriz), através do seu **ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO PARANÁ, CNPJ N.º 02.428.413/0002-88**, com sede em Curitiba-PR, à Rua XV de novembro, 2.987, doravante denominada **FBC – Escritório de Representação do Paraná**, neste ato, representada por sua Coordenadora Administrativa e Financeira, a Contadora **CARLA CRISTINA LOUZADA DORNELLES PACHECO**, brasileira, casada, portadora do CPF n.º 740.201.889-04, residente e domiciliada à Rua Aristides Athayde, 538, Jd. Social, Curitiba-PR, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente, com fulcro na Lei 8.666/93 e demais consectários legais, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir dispostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. Contratação de empresa especializada na área de treinamentos para realização de cursos de atualização profissional, conforme temas e cidades definidos a seguir, destinados a atender necessidades dos contabilistas paranaenses, que estejam com seus respectivos registros ativos e regulares perante o CRCPR.
- 1.2. Deverão ser ministrados **70 cursos sob os temas "Lucro Real / RTT/ FCONT" e "Escrituração Fiscal Digital – EFD – PIS/COFINS"**, de **08 (oito) horas cada um**, em **35 cidades do estado do Paraná**, entre os meses de maio a agosto de 2012, a saber:

<b>ROTA 1</b>	<b>TEMA 1</b>	<b>TEMA 2</b>
Rio Negro	07/05/12	02/07/12
Lapa	08/05/12	03/07/12
Curitiba	09/05/12	04/07/12
Paranaguá	10/05/12	05/07/12
Ponta Grossa	11/05/12	06/07/12



<b>ROTA 2</b>	<b>TEMA 1</b>	<b>TEMA 2</b>
Palmas	14/05/12	09/07/12
União da Vitória	15/05/12	10/07/12
Irati	16/05/12	11/07/12
Prudentópolis	17/05/12	12/07/12
Guarapuava	18/05/12	13/07/12

<b>ROTA 3</b>	<b>TEMA 1</b>	<b>TEMA 2</b>
Laranjeiras do Sul	21/05/12	23/07/12
Dois Vizinhos	22/05/12	24/07/12
Santo Antônio do Sudoeste	23/05/12	25/07/12
Francisco Beltrão	24/05/12	26/07/12
Pato Branco	25/05/12	27/07/12

<b>ROTA 4</b>	<b>TEMA 1</b>	<b>TEMA 2</b>
Marechal C. Rondon	28/05/12	30/07/12
Toledo	29/05/12	31/07/12
Cascavel	30/05/12	01/08/12
Medianeira	31/05/12	02/08/12
Foz do Iguaçu	01/06/12	03/08/12

<b>ROTA 5</b>	<b>TEMA 1</b>	<b>TEMA 2</b>
Ivaiporã	11/06/12	06/08/12
Campo Mourão	12/06/12	07/08/12
Goioerê	13/06/12	08/08/12
Umuarama	14/06/12	09/08/12
Cianorte	15/06/12	10/08/12

<b>ROTA 6</b>	<b>TEMA 1</b>	<b>TEMA 2</b>
Castro	18/06/12	13/08/12
Telêmaco Borba	19/06/12	14/08/12
Jaguariaíva	20/06/12	15/08/12
Wenceslau Braz	21/06/12	16/08/12
Bandeirantes	22/06/12	17/08/12

<b>ROTA 7</b>	<b>TEMA 1</b>	<b>TEMA 2</b>
Londrina	25/06/12	20/08/12
Apucarana	26/06/12	21/08/12
Maringá	27/06/12	22/08/12
Paranavaí	28/06/12	23/08/12
Loanda	29/06/12	24/08/12

1.2.1 Para o curso sobre “**Lucro Real / RTT/ FCONT**” deverão ser abordados os seguintes assuntos:

1 LUCRO REAL

- 1.1 Pessoas jurídicas obrigadas ao lucro real;
- 1.2 Momento de opção;
- 1.3 Lucro real trimestral e anual;
- 1.4 Vantagens e desvantagens;
- 1.5 Lucro real anual - estimativa mensal;
- 1.6 Diferenças apuradas no ajuste anual;



- 1.7 Como praticar a redução ou suspensão do IRPJ/CSLL;
  - 1.8 Procedimentos para apuração do lucro real e da base de cálculo;
  - 1.9 Crédito de PIS e COFINS;
  - 1.10 Perdas com créditos incobráveis;
  - 1.11 Juros sobre capital próprio;
  - 1.12 Distribuição de lucros ou dividendos;
  - 1.13 Compensação de prejuízos fiscais operacionais e não-operacionais;
- Generalidades.

## 2 LALUR/E-LALUR (IN RFB Nº 989/09)

- 2.1 Lalur - Livro de Apuração do Lucro Real (IN SRF no 28/78);
- 2.2 Aspectos legais do e-Lalur (IN RFB nº 989/09);
- 2.3 Obrigatoriedade de escrituração e envio;
- 2.4 Escrituração da parte "A" e da parte "B";
- 2.5 Balanço de suspensão ou redução.

## 3 FCONT – CONTROLE FISCAL CONTÁBIL DE TRANSIÇÃO

- 3.1 Conceitos e objetivos do Fcont;
- 3.2 Dados a serem apresentados no programa;
- 3.3 Pessoas jurídicas obrigadas;
- 3.4 Dispensa de entrega;
- 3.5 Prazo de entrega;
- 3.6 Retificação do Fcont;
- 3.7 Penalidades pela escrituração e apresentação;
- 3.8 Assinatura digital;
- 3.9 Explorando a fichas do programa Fcont;
- 3.10 Exemplos dos lançamentos contábeis do rtt no Fcont dos tipos "N" e tipo "F" e na DIPJ.

## 4 RTT – REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO (LEI Nº 11.941/09)

- 4.1 - Aspectos legais do RTT;
- 4.2 Escrituração dos ajustes do RTT no Lalur (parte "A" e parte "B") e programa Fcont;
- 4.3 Casos práticos das transações contábeis oriundo da Lei nº11.638/07 e a escrituração para fins de RTT no E-Lalur e no FCONT, tais como: redução ao valor recuperável de ativos, (Impairment), ativo imobilizado, intangível, operações de arrendamento mercantil (Leasing), reconhecimento inicial e subsequente, subvenção e assistência governamentais, Ajuste a Valor Presente (AVP); instrumentos financeiros e demais transações do RTT.

1.2.2 Para o curso sobre "**Escrituração Fiscal Digital – EFD – PIS/COFINS**" deverão ser abordados os seguintes assuntos:

### 1 – SPED

- 1.1 Definição;
- 1.2 Composição geral do SPED.

### 2 - EFD - PIS E COFINS

- 2.1 - Obrigados – Janeiro/2012 – Lucro Real;
- 2.2 - Obrigados – Julho/ 2012 – Lucro Presumido;
- 2.3 - P.J. Imunes/Isentas e P.J. Inativas;
- 2.4 - Data da Entrega;
- 2.5 - DICON - Dispensa Futura;
- 2.6 - IN 86/01 - Dispensa Parcial;



- 2.7 – Centralização;
- 2.8 – Retificação;
- 2.9 – Assinatura;
- 2.10- Multa;
- 2.11- Informações exigidas no arquivo;
- 2.12- Ponto de vista do informante;
- 2.13- Lucro Presumido - ADE COFIS Nº 24/11;
- 2.14- Lucro Presumido – regime de caixa;
- 2.15- Lucro Presumido – regime de competência;
- 2.16- Lucro Presumido – regime de caixa e competência;
- 2.17- Lucro Presumido – preenchimento dos registros;
- 2.18- Principais Características do Leiaute:
  - Ato Declaratório Executivo Cofins 34/10;
  - Bloco 0 – Cadastro da Empresa e Regimes de Tributação;
  - Bloco A – Notas Fiscais de Serviços Municipais – ISS;
  - Bloco C – Notas Fiscais de Mercadorias;
  - Bloco D – Documentos de Serviços – ICMS – Transporte e Comunicação;
  - Bloco F – Outros Documentos (aluguel, depreciação);
  - Bloco M – Apuração do PIS E COFINS;
  - Bloco 1 – Ajustes e controle de saldos;
  - Bloco 9 – Encerramento, e
  - Tabela de correlação DACON X EFD PIS/COFINS.

### 3. PVA – Programa Validador e Assinador da EFD PIS/Cofins

- 3.1. Objetivos do aplicativo
- 3.2. Funcionalidades
  - importar escrituração
  - editar escrituração
  - assinar escrituração
  - exportar escrituração
  - transmitir escrituração
  - rotina de atualização de tabelas do validador
- 3.3. Configurações do PVA
- 3.4. Rotinas de segurança do sistema
- 3.5. Acompanhamento da EFD transmitida
- 3.6. Quais arquivos devem ser mantidos à disposição do Fisco

#### 1.3. Os cursos deverão seguir à seguinte programação:

- 08:30 h - Abertura institucional
- 08:45 h - Início do curso;
- 10:15 h às 10:30 h – Intervalo
- 10:30 h às 12:00 h – Retomada do Curso
- 12:00 h às 13:00 h – Almoço
- 13:00 h às 15:00 h – Retomada do Curso
- 15:00 h às 15:15 h – Intervalo
- 15:15 h às 17:30 h – Considerações e avaliação finais.

1.4 – Para fins de contratação, a empresa deverá demonstrar o(s) palestrante(s) designado(s) em cada rota, assim como, a sua qualificação técnica mínima exigida, conforme item 1.5.

1.5 - O(s) **palestrante(s) designado(s)** deverá (ao):



- a) Possuir formação de nível superior em ciências contábeis ou direito;
- b) comprovar pelo menos uma titulação (pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado) na área fisco-contábil / tributária;
- c) experiência em atividades acadêmicas e em cursos na área relacionada à temática do presente certame.

1.6 - Também incorpora o objeto do presente a elaboração pela Contratada de apostilas de acordo com o conteúdo programático, em formato WORD, com índice analítico atualizável, bem como os slides que serão utilizados, em formato *power point*. Ainda, será da Contratada a responsabilidade única e custeio pela utilização/ locação dos equipamentos necessários para a realização dos cursos, ressalvado a tela de projeção, assim como, pelas despesas com remuneração, locomoção, alimentação e hospedagem do(s) palestrante(s), inclusive, tributos inerentes.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O Contrato terá vigência a partir da sua assinatura até a conclusão de todos os cursos constantes no presente contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Desenvolvimento Profissional do CRCPR, especialmente designada pela Presidente do CRCPR.

**Parágrafo Primeiro** – A fiscalização será exercida no interesse do CRCPR e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do CRCPR ou de seus agentes e prepostos.

**Parágrafo Segundo** – O Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados e/ou produtos fornecidos, se em desacordo com este contrato.

**Parágrafo Terceiro** – A Contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na contratação objeto do presente contrato, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado.

**Parágrafo Quarto** – Na hipótese de eventual cancelamento de cursos, o pagamento ocorrerá obedecendo ao seguinte regramento:

a) Quando por responsabilidade da CONTRATADA, o pagamento é indevido, desde que o comunicado seja feito com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, após esse prazo será devido pelo CONTRATADO a multa de 30% (trinta por cento) do valor do curso;

b) Quando por responsabilidade do CONTRATANTE, não será devido nenhum valor se o cancelamento for comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, após esse prazo será devido pelo CONTRATANTE a multa de 30% (trinta por cento) do valor do respectivo curso para fins indenizatórios;

c) Nos casos de cancelamentos por motivos de caso fortuito ou força maior, deverá ser analisado, buscando-se uma solução amigável através de meios pertinentes.



**Parágrafo Quinto** - Os cursos deverão ser realizados conforme calendário previsto na Cláusula Primeira, entretanto, poderá a Contratante solicitar eventual alteração de data, desde que a contratada seja informada com a antecedência de 05 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Sexto** - Antes do início dos cursos será convocada reunião com o representante da empresa CONTRATADA, juntamente com seu quadro de palestrantes, em data e local estipulados pela CONTRATANTE, para que sejam orientados acerca das diretrizes que o curso deverá seguir. Todos os palestrantes deverão estar presentes nessa reunião.

**Parágrafo Sétimo** - O curso será oferecido para aquelas regiões em que atingirem com antecedência de 05 (cinco) dias úteis da realização do curso, no mínimo, 20 (vinte) inscritos, cujas informações de cadastro deverão constar no site do CRCPR, conforme orientações prévias.

#### **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução do objeto da presente licitação, obriga-se a:

- I. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes deste Contrato;
- II. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- III. Arcar com todos os custos necessários à completa prestação dos serviços e fornecimento dos serviços;
- IV. Responder, civil e/ou penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, a Contratante e/ou a terceiros, por seus empregados ou prestadores de serviços contratados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;
- V. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer objetos da Contratante e/ou de terceiros que tenham sido danificados ou extraviados por seus empregados/prestadores de serviços;
- VI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- VII. Arcar com todas as responsabilidades sobre o(s) palestrante(s) designado(s) para cumprimento do objeto deste, inclusive, em relação aos direitos de imagem e de publicidade, relacionados aos cursos.
- VIII. Efetuar a substituição de palestrantes quando solicitado pelo CONTRATANTE em casos de avaliação insatisfatória ocorrida e, quando por iniciativa própria resolver substituir palestrante, deverá submeter a alteração ao CRCPR, fundamentado o motivo.
- IX. Elaborar e apresentar ao CRCPR, com 10 (dez) dias de antecedência às datas de realizações dos cursos, as apostilas de acordo com o conteúdo programático, em formato WORD, com índice analítico atualizável, bem como os slides que serão utilizados, em formato *power point*. Os arquivos serão analisados pelo Contratante e, caso possuam alterações a serem feitas, a contratada será comunicada oficialmente para proceder às devidas adequações, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas;
- X. Comprovar a qualificação técnica do palestrante, conforme exigido no presente contrato, responsabilizando-se, em caso de impossibilidade, pelo custeio de outro equivalente;
- XI. Zelar para que o conteúdo e programa dos temas abordados sigam uma sequência racional tanto na ordem dos slides de apresentação, quanto na apostila ou material de apoio;



- XII. Encaminhar a Contratante as listas de presenças e as fichas de avaliações preenchidas pelos participantes, via sedex, no prazo de até o seguinte ao curso;

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 8.666/93 e alterações, são obrigações da Contratante:

- I. Exercer a fiscalização do fornecimento por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- II. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- III. Prestar aos funcionários ou prestadores de serviços da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados.
- IV. Efetuar os pagamentos devidos;
- V. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;
- VI. Responsabilizar-se pelas inscrições, locais das realizações dos cursos, inclusive emissão das listas de presenças e das fichas de avaliações;
- VII. Fornecer os certificados de participação através do site do CRCPR, dois dias após o evento, com base na assinatura na lista de presença;
- VIII. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato correrão à conta do orçamento geral do CRCPR para o exercício de 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO GLOBAL

A Contratante pagará à Contratada pela realização dos cursos de aperfeiçoamento profissional objeto deste contrato os seguintes valores:

- Cursos: **"Lucro Real / RTT/ FCONT"** e **"Escrituração Fiscal Digital – EFD – PIS/COFINS"**, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) para cada curso, totalizando **R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais) para realização dos 70 (setenta) cursos.**

#### CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

O pagamento pelo fornecimento dos objetos da licitação, depois de atestados pela fiscalização do contrato, será efetuado pelo CRCPR na apresentação dos respectivos documentos de cobrança, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao da apresentação e aceitação dos mesmos.

**Parágrafo Primeiro** – O pagamento será efetivado por meio de sistema eletrônico, à ordem do favorecido, no banco, agência e conta designados, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, não podendo ser imposta qualquer espécie de multa moratória ou juros moratórios por demora de até 3 (três) dias úteis que ultrapassar a data de vencimento, após a data da referida Ordem Bancária, se a mesma foi emitida tempestivamente.



**Parágrafo Segundo** – Os pagamentos, mediante emissão de qualquer ordem bancária, serão realizados desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

**Parágrafo Terceiro** – Juntamente com a nota fiscal/fatura, deverão ser apresentadas as certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS e Receita Federal, devidamente atualizadas.

**Parágrafo Quarto** – A critério da Contratante, poderá ser utilizado o valor contratualmente devido para cobrir dívidas de responsabilidade da Contratada para consigo, relativas a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual ou para ressarcimento de eventuais danos ocasionados e assumidos pela Contratada.

**Parágrafo Quinto** – Os eventuais atrasos de pagamento, por culpa da Contratante, gera à Contratada o direito à atualização financeira desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, tendo como base a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *pro rata tempore-die*, de forma não composta, devendo os cálculos dos encargos, de cada mês, serem feitos utilizando-se a taxa do mês anterior ao da apuração desses encargos, em conformidade com o art. 406 da Lei nº 10.406/02 – Código Civil.

**Parágrafo Sexto** – A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços.

**Parágrafo Sétimo** – Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme Instrução Normativa SRF 1234/2012 ou outra norma que venha a substituí-la. Cabe a CONTRATADA o destaque destes impostos no corpo das notas fiscais emitidas.

**Parágrafo Oitavo** – Não haverá a retenção prevista no subitem anterior caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei no 9.317/96, ou encontre-se em uma das situações elencadas no artigo 25 da Instrução Normativa SRF nº 1234/2012 ou outra norma que venha a substituí-la.

## CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I – Advertência.

II – Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na prestação do serviço, objeto da presente licitação, limitados a 30% (trinta por cento);



- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou deixar de apresentar os documentos exigidos para a sua celebração, nos prazos e condições estabelecidas neste Edital;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do período de vigência do contrato, contados da última prorrogação, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivado por culpa da Contratada, garantida defesa prévia, independentemente das demais sanções cabíveis.

III – Impedimento de licitar e contratar com a União e, se for o caso, descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo Primeiro** – No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva notificação.

**Parágrafo Segundo** – As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

**Parágrafo Terceiro** – O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será abatido da garantia. Sendo a garantia insuficiente, o valor complementar será cobrado de forma administrativa e/ou judicial.

**Parágrafo Quarto** – As sanções previstas nos incisos I e III desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, desta cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – Quanto à sua forma, a rescisão poderá ser:



- I. Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III. Judicial, nos termos da legislação.

**Parágrafo Segundo** – Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, asseguradas, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e a dedução de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Administração para quê, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não acatamento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Curitiba – Seção Judiciária do Paraná, para dirimir as questões oriundas da aplicação e interpretação do presente contrato, renunciando-se a outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e convencionadas, as partes assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma.

Curitiba, 17 de abril de 2012.

Contadora **LUCÉLIA LECHETA**  
Presidente do CRCPR

Contadora **CARLA CRISTINA LOUZADA DORNELLES PACHECO**  
Coordenadora Administrativa e Financeira da **FBC - Escritório de Representação do Paraná**